

**ÍNDICE ALFABÉTICO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO FIRMADA
ENTRE O SINDHOSP E O SUESSOR
ANO DE 2019**

CLÁUSULAS

A

- 19 – ABONO DE FALTAS**
- 6ª – ADICIONAL NOTURNO**
- 3ª – ADMITIDOS APÓS DATA BASE**
- 35 – ANTECIPAÇÃO EM CASO DE AUXÍLIO DOENÇA**
- 5ª – ANTECIPAÇÕES SALARIAIS**
- 34 – ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS**
- 17 – ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**
- 18 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR**
- 50 – ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA**
- 20 – AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**
- 36 – AUXÍLIO FUNERAL**
- 32 – AVISO PRÉVIO**

B

- 22 – BANCO DE HORAS**

C

- 33 – CARTA DE APRESENTAÇÃO**
- 37 – CESTA BÁSICA**
- 2ª – COMPENSAÇÕES**
- 44 – COMUNICAÇÃO DE DISPENSA**
- 7ª – COMPROVANTES DE PAGAMENTO**
- 49 – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL**
- 12 – CONTROLE DE PONTO**
- 47 – CORRESPONDÊNCIA**
- 31 – CRECHE OU AUXÍLIO CRECHE**

D

- 57 – DATA-BASE**

E

- 8ª – ERRO NA FOLHA DE PAGAMENTO**
- 25 – ESTABILIDADE AOS CIPEIROS**
- 27 – ESTABILIDADE À GESTANTE**
- 26 – ESTABILIDADE AS VÉSPERAS DA APOSENTADORIA**
- 24 – ESTABILIDADE NA LICENÇA MÉDICA**
- 23 – ESTABILIDADE PARA O SERVIÇO MILITAR**
- 45 – EXAMES MÉDICOS**

F

- 42 – FÉRIAS**
- 52 – FERIADO PARA A CATEGORIA**
- 39 – FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO**
- 40 – FORNECIMENTO DE MATERIAL INDISPENSÁVEL**

G

- 16 – GARANTIAS AO EMPREGADO ESTUDANTE**
- 9ª – GARANTIAS SALARIAIS NA ADMISSÃO**
- 53 – GARANTIAS GERAIS**

H

- 28 – HOMOLOGAÇÕES**
- 21 – HORAS EXTRAORDINÁRIAS**

J

- 14 – JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO**
- 56 – JUÍZO COMPETENTE**

L

- 11 – LANCHE NOTURNO**
- 29 – LICENÇA ADOÇÃO**
- 30 – LICENÇA PATERNIDADE**

M

- 48 – MENSALIDADES SINDICAIS**
- 54 – MULTAS**

N

55 – NORMAS CONSTITUCIONAIS

Q

43 – OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO EM CARTEIRA

P

15 – PAGAMENTO DE SALÁRIOS

13 – PIS

4ª – PISOS SALARIAIS

51 – PROMOÇÕES

Q

46 – QUADRO DE AVISOS

R

1ª – REAJUSTE SALARIAL

S

10 – SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL

U

38 – UNIFORMES

V

41 – VALE TRANSPORTE

58 – VIGÊNCIA

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

(Vigência de 1º de maio de 2019 e término em 30 de abril de 2020)

SUSCITANTE: **SINDICATO ÚNICO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE OSASCO E REGIÃO - SUESSOR**, Entidade Sindical Profissional, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego, Processo nº 46000.010182/93 e inscrita no CNPJ/MF 96.500.368/0001-98, com sede na Rua General Bittencurt nº 582, Centro, Osasco – SP, por seu Presidente infra-assinado, o Sr. Antônio Gervásio Rodrigues.

SUSCITADO: **SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDHOSP**, entidade sindical patronal, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego, Processo nº 46000.001413/00 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.436.373/0001-73, com sede na Rua 24 de Maio nº 208 - 13º andar, Centro, São Paulo - SP, por seu Presidente, o Dr. Yussif Ali Mere Júnior

Entre as entidades sindicais acima indicadas, fica estabelecida a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, aplicável aos empregados em estabelecimentos de serviços de saúde representados pelo Sindicato Suscitante nos municípios de EMBU, EMBU GUAÇU, IBIÚNA, ITAPECERICA DA SERRA, SANTANA DE PARNAÍBA, TABOÃO DA SERRA E VARGEM GRANDE PAULISTA, enquanto integrarem a base territorial do Sindicato Suscitante; e a abrangência do SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS ESTADO DE SÃO PAULO - SINDHOSP é dentro do Estado de São Paulo, excluídas as cidades Osasco, Barueri, Carapicuíba, Cotia, Itapevi e Jandira, para vigorar a partir de 1º de maio de 2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª - REAJUSTE SALARIAL:

A partir de **1º de maio de 2019**, fica estabelecido o reajuste salarial total de **5,07% (cinco inteiros e sete centésimos por cento)**, a incidir sobre os salários de maio de 2018, a ser concedido em 02 (duas) parcelas, sendo 3% sobre salário de maio/2018, a ser pago a partir de maio/2019, e 5,07% sobre o salário de maio/2018 a ser pago a partir de novembro/2019.

PARÁGRAFO 1º - O índice acima estabelecido será aplicado às faixas salariais até o valor de R\$ 11.678,90, que corresponde a dois tetos da previdência social, e acima

desse valor, o reajuste será o que resultar de livre negociação entre empregado e empregador.

PARÁGRAFO 2º - As eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente norma coletiva poderão ser pagas da seguinte forma:

a) as diferenças relativas ao período de maio de 2019 a outubro de 2019 serão pagas na forma de abono juntamente com os salários de agosto de 2020, até o quinto dia útil de setembro de 2020;

b) as diferenças relativas ao período de novembro de 2019 a abril de 2020 serão pagas na forma de abono juntamente com os salários de setembro de 2020, até o quinto dia útil de outubro de 2020;

PARÁGRAFO 3º - para os contratos rescindidos entre 1º de maio de 2019 e 30 de abril de 2020, a complementação das rescisões poderá ser quitada até 31 de agosto de 2020

CLÁUSULA 2ª - COMPENSAÇÕES:

Serão compensadas as antecipações salariais espontaneamente concedidas no período revisando, excluindo-se das compensações os aumentos decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial e os aumentos reais expressamente concedidos a esse título, por acordo coletivo.

CLÁUSULA 3ª - ADMITIDOS APÓS DATA BASE:

Aos admitidos após a data-base, serão aplicados os percentuais de forma proporcional prevista na cláusula 1ª da presente Norma Coletiva de Trabalho, observando-se o mês de admissão, conforme tabela abaixo:

MÊS	MAIO 3%	NOVEMBRO 5,07%
JUNHO/2018	2,75%	4,64%
JULHO/2018	2,50%	4,22%
AGOSTO/2018	2,25%	3,79%
SETEMBRO/2018	2,00%	3,37%
OUTUBRO/2018	1,75%	2,95%
NOVEMBRO/2018	1,50%	2,53%
DEZEMBRO/2018	1,25%	2,11%
JANEIRO/2019	1,00%	1,68%
FEVEREIRO/2019	0,75%	1,26%
MARÇO/2019	0,50%	0,84%
ABRIL/2019	0,25%	0,42%

CLÁUSULA 4ª - PISOS SALARIAIS:

A partir de 1º de maio de 2019, os pisos salariais ou salários de ingresso passarão a vigorar com os seguintes valores:

MÊS	Maio 2019		Novembro 2019	
Apoio	R\$	1.183,33	R\$	1.183,33
Administração	R\$	1.183,33	R\$	1.183,33
Demais funções	R\$	1.174,50	R\$	1.198,10
Auxiliar de Enfermagem	R\$	1.268,25	R\$	1.293,74
Técnico em Enfermagem	R\$	1.446,65	R\$	1.475,73

PARÁGRAFO 1º - Para a aplicação dos pisos salariais acima especificados, considera-se:

- a) Atribuições de Apoio: serviços gerais, limpeza, copa, lavanderia e mensageiro.
- b) Atribuições de administração: recepção e auxiliar administrativo com ensino médio.

PARÁGRAFO 2º - Sobre o piso salarial não haverá incidência dos percentuais previstos na cláusula 1ª de Reajuste Salarial retro aludida.

PARÁGRAFO 3º - As eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente norma coletiva poderão ser pagas da seguinte forma:

- a) as diferenças relativas ao período de maio de 2019 a outubro de 2019 serão pagas na forma de abono juntamente com os salários de agosto de 2020, até o quinto dia útil de setembro de 2020;
- b) as diferenças relativas ao período de novembro de 2019 a abril de 2020 serão pagas na forma de abono juntamente com os salários de setembro de 2020, até o quinto dia útil de outubro de 2020;

PARÁGRAFO 4º - para os contratos rescindidos entre 1º de maio de 2019 e 30 de abril de 2020, a complementação das rescisões poderá ser quitada até 31 de agosto de 2020

CLÁUSULA 5ª - ANTECIPAÇÕES SALARIAIS:

As empresas poderão antecipar reajustes salariais compensáveis independentemente da política salarial vigente.

CLÁUSULA 6ª - ADICIONAL NOTURNO:

Fica assegurado aos empregados lotados no período da noite, adicional noturno equivalente a **40% (quarenta por cento)** a incidir sobre o valor da hora diurna, para o trabalho realizado das 22h de um dia até 5h do dia seguinte.

CLÁUSULA 7ª - COMPROVANTES DE PAGAMENTO:

Serão fornecidos, obrigatoriamente, demonstrativos de pagamentos, com a discriminação dos títulos que componham a remuneração, importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa e o valor do recolhimento do FGTS.

CLÁUSULA 8ª - ERRO NA FOLHA DE PAGAMENTO:

Ocorrendo erro na folha de pagamento, as empresas pagarão aos seus empregados, as eventuais diferenças no prazo de 10 (dez) dias, a contar da comunicação por escrito, feita pelo trabalhador ao empregador.

CLÁUSULA 9ª - GARANTIAS SALARIAIS NA ADMISSÃO:

Garantia ao empregado admitido para a função de outro, dispensado sem justa causa, de igual salário ao do empregado de menor salário na função, sem considerar as vantagens pessoais.

CLÁUSULA 10 - SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL:

Garantia ao empregado substituto do mesmo salário percebido pelo substituído, sem considerar as vantagens pessoais, desde que a substituição seja por prazo superior a 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA 11 - LANCHE NOTURNO:

Fornecimento gratuito de lanche aos empregados que laboram em jornada noturna.

CLÁUSULA 12 - CONTROLE DE PONTO:

É obrigatório o controle de ponto, seja qual for o número de empregados. A marcação do ponto poderá ser feita por meio mecânico ou similar, ou livro de ponto, podendo o horário de refeição ser anotado ou não, a critério do empregador.

CLÁUSULA 13 - PIS:

O tempo necessário para o recebimento do PIS, durante o horário normal de trabalho, não será descontado do DSR, férias, 13º salário, cesta básica, bem como do dia do

recebimento, desde que não seja possível o referido recebimento fora do horário da jornada de trabalho.

CLÁUSULA 14 - JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO:

Faculdade de Empregados e Empregadores, estabelecerem jornada de 12 x 36, ou seja, doze horas de trabalho, com intervalo de uma hora para refeição, por trinta e seis horas de descanso, assegurando-se, outrossim, duas folgas mensais, não podendo essas folgas serem concedidas em dias já compensados, ou o pagamento das horas extras correspondentes, conforme escala de trabalho estabelecida pelo empregador, sempre com a assistência dos sindicatos.

CLÁUSULA 15 - PAGAMENTO DE SALÁRIOS:

As empresas que não efetuarem o pagamento dos salários e vales em moeda corrente, deverão proporcionar aos empregados, tempo hábil para o recebimento, dentro do horário de funcionamento dos bancos sacados, excluindo-se os horários de refeição.

CLÁUSULA 16 - GARANTIAS AO EMPREGADO ESTUDANTE:

Serão abonadas as faltas de empregados estudantes, para prestação de exame em escolas oficiais autorizadas ou reconhecidas, desde que pré-avisado o empregador com um mínimo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência e comprovação posterior, no mesmo prazo e que o horário da prova seja incompatível com o horário de trabalho.

CLÁUSULA 17 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS:

Reconhecimento pelas empresas dos atestados médicos e odontológicos passados aos empregados por médicos e dentistas do Suscitante, bem como atestados do SUS e de outras entidades, nos termos da lei, após analisado pelo médico do trabalho da empresa.

CLÁUSULA 18 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR:

Os hospitais, dentro de sua especialidade, concederão a todos os empregados assistência hospitalar com direito a internação em enfermaria, ressalvadas as entidades que mantenham convênio hospitalar para seus empregados. A assistência hospitalar ora concedida será extensiva às esposas e filhos menores (até 18 anos), enquanto solteiros, facultando-se a participação dos trabalhadores no custeio da assistência até o limite de 20% (vinte por cento).

PARÁGRAFO ÚNICO - Suscitante e Suscitado comprometem-se a constituir uma comissão com 05 (cinco) representantes dos trabalhadores e 05 (cinco) representantes dos empregadores, com o objetivo de estudar a viabilização de um plano de saúde básico para os trabalhadores representados pelo Sindicato Profissional.

CLÁUSULA 19 - ABONO DE FALTAS:

Abono de falta a 1 (um) empregado, por empresa, uma vez por mês, para participar de Assembleia Geral convocada pelo Suscitante, durante o período necessário à participação da aludida Assembleia.

CLÁUSULA 20 - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

- a) Por 03 (três) dias consecutivos em virtude de morte de filhos, cônjuge ou ascendentes e irmãos;
- b) Por 05 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento.

CLÁUSULA 21 - HORAS EXTRAORDINÁRIAS:

As horas extraordinárias, assim entendidas aquelas trabalhadas além do horário diário normal e as dobras de plantões, domingos e feriados, em qualquer hipótese, serão pagas com adicional de **80% (oitenta por cento)** para as duas primeiras horas do dia e **100% (cem por cento)** para as demais horas extraordinárias prestadas pelo trabalhador.

CLÁUSULA 22 - BANCO DE HORAS:

Os empregadores poderão adotar o sistema de banco de horas, através do qual o excesso de horas trabalhadas em um dia, poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 1 (um) ano, a referida compensação. O empregador poderá optar pela compensação no período destinado à concessão de férias, adicionando-se aos dias de férias, as correspondentes compensações previstas nesta cláusula.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, ou após o decurso do prazo supra estabelecido sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador fará jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão, ou do efetivo pagamento, observando-se o adicional estabelecido na presente norma coletiva.

CLÁUSULA 23 - ESTABILIDADE PARA O SERVIÇO MILITAR:

Garantia de emprego ao menor, em idade de prestação do serviço militar, desde o seu alistamento até 30 (trinta) dias após a baixa.

CLÁUSULA 24 - ESTABILIDADE NA LICENÇA MÉDICA:

Garantia de emprego e salário pelo período de 30 (trinta) dias a contar da alta médica, ao empregado afastado por auxílio doença, desde que o afastamento seja por prazo superior a 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA 25 - ESTABILIDADE AOS CIPEIROS:

Estabilidade aos Cipeiros, na forma da Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas comprometem-se a remeter ao Sindicato Suscitante cópia da ata de posse dos membros da CIPA.

CLÁUSULA 26 - ESTABILIDADE AOS EMPREGADOS EM VÉSPERAS DA APOSENTADORIA:

Garantia de emprego e salário aos empregados que estejam a menos de 2 (dois) anos do direito da aposentadoria, sendo que adquirido o direito, cessa a estabilidade. Para os empregados com mais de 5 (cinco) anos na mesma empresa, a estabilidade será de 36 meses, sendo que adquirido o direito a aposentadoria, extingue-se a estabilidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para obtenção desta garantia, o trabalhador deverá informar à empresa, por escrito, encontrar-se em período de pré-aposentadoria, comprovando tal condição em 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA 27 - ESTABILIDADE À GESTANTE:

Garantia de estabilidade à gestante, desde o início da gravidez até 60 (sessenta) dias após o término da licença compulsória.

CLÁUSULA 28 - HOMOLOGAÇÕES:

Poderá a empresa agendar, ao seu critério, no Sindicato da Categoria Profissional, data para realização da liquidação dos direitos trabalhistas resultantes da rescisão do contrato de trabalho.

CLÁUSULA 29 - LICENÇA ADOÇÃO:

À empregada mãe adotante será concedida licença na forma da Lei nº 10.421, de 15/04/2002.

CLÁUSULA 30 - LICENÇA PATERNIDADE:

Após o nascimento de seu filho, o empregado terá direito a uma licença de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da remuneração.

CLÁUSULA 31 - CRECHE OU AUXÍLIO CRECHE:

As empresas que não possuem creche própria ou convênio creche, concederão auxílio creche, a título de reembolso, no importe equivalente a até **20% (vinte por cento) do piso da categoria**, observados os valores e a escala, estabelecidos na cláusula 4ª às empregadas mães, com filho até 6 (seis) anos de idade, por mês. Quando o convênio creche distanciar-se do estabelecimento de serviço de saúde mais de 500 metros, as empresas colocarão à disposição da empregada mãe condução para ida e volta, para levar as crianças no percurso entidade-creche-entidade. Se não houver possibilidade do empregador fornecer a condução retro aludida, a empresa deverá proceder o pagamento do auxílio creche, na forma acima estabelecida.

PARÁGRAFO ÚNICO - A documentação exigível das empregadas para o recebimento do auxílio creche será: certidão de nascimento do filho, carteira de vacinação, declaração anual de próprio punho afirmando o direito de guarda e a dependência econômica da criança, além do recibo correspondente ao reembolso creche ou de pessoa física que cuidar da criança.

CLÁUSULA 32 - AVISO PRÉVIO:

Concessão de aviso prévio nos termos da Lei nº 12.506 de 11/10/2011.

CLÁUSULA 33 - CARTA DE APRESENTAÇÃO:

Os empregadores fornecerão aos empregados, quando demitidos sem justa causa, carta de apresentação, que deverá ser entregue aos mesmos no ato da homologação da rescisão contratual, quando tal carta for solicitada pelo empregado.

CLÁUSULA 34 - ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS:

As empresas fornecerão o atestado de afastamento e salários no ato da homologação da rescisão contratual, quando solicitado pelo empregado por escrito, bem como quando solicitado pelo INSS.

CLÁUSULA 35 - ANTECIPAÇÃO EM CASO DE AUXÍLIO DOENÇA:

Em caso de concessão de auxílio doença ao empregado, a empresa se obriga a antecipar **50% (cinquenta por cento)** do montante correspondente aquele a ser percebido do órgão previdenciário durante os primeiros 60 (sessenta) dias após o

afastamento e desde que a solicitação seja feita pelo trabalhador, por escrito. Esses valores serão compensados, a critério da empresa, após o retorno do empregado ao serviço.

CLÁUSULA 36 - AUXÍLIO FUNERAL:

No caso de falecimento do empregado, o empregador pagará à família do mesmo, o equivalente a **1,5 (um e meio) salário nominal**, sendo que, se motivada a morte por acidente do trabalho ou moléstia profissional, o pagamento será em **dobro**. Tais pagamentos serão efetuados independentemente das verbas remanescentes devidas.

PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas que oferecem seguro de vida aos seus funcionários, em condições mais vantajosas, ficam desobrigadas de cumprir o benefício acima estabelecido.

CLÁUSULA 37 - CESTA BÁSICA:

Concessão pelos empregadores aos empregados que não tiverem três ou mais faltas injustificadas durante o mês, de uma cesta básica mensal, ou vale cesta, ou ticket cesta, sem caráter salarial, que será entregue até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao de referência, devendo o empregado retirá-la na empresa, ou onde esta indicar, no prazo de 10 (dez) dias.

PARÁGRAFO 1º - A cesta básica a que se refere esta cláusula conterá a seguinte composição:

- 10 kilos de arroz**
- 03 kilos de feijão**
- 03 latas de óleo de soja**
- 1/2 kilo de café torrado e moído**
- 05 kilos de açúcar**
- 1/2 kilo de farinha de mandioca**

- 01 kilo de macarrão**
- 01 kilo de farinha de trigo**
- 02 latas de 140 grs. de extrato de tomate**
- 01 kilo de sal refinado**
- 1/2 kilo de milho**
- 01 pacote de 200 grs. de biscoito doce**
- 01 pacote de 200 grs. de biscoito salgado**
- 02 latas de leite em pó de 400 grs.**

PARÁGRAFO 2º - O vale cesta ou ticket cesta será fornecido no valor de **R\$ 139,74 (cento e trinta e nove reais e setenta e quatro centavos)**.

PARÁGRAFO 3º - Os empregados admitidos e demitidos com menos de 15 (quinze) dias de trabalho não receberão o presente benefício.

PARÁGRAFO 4º - Os empregados que estiverem afastados por motivo de Auxílio Doença, terão direito à concessão da cesta básica, durante os primeiros 6 (seis) meses contados a partir da data do afastamento.

PARÁGRAFO 5º - O pagamento de eventuais diferenças será feito na mesma forma e datas previstas para pagamento das diferenças salariais.

PARÁGRAFO 6º - para os contratos rescindidos entre 1º de maio de 2019 e 30 de abril de 2020, a complementação das diferenças devidas poderá ser quitada até 31 de agosto de 2020

CLÁUSULA 38 - UNIFORMES:

Os empregadores fornecerão uniformes aos empregados lotados no Setor Operacional (enfermagem, limpeza, cozinha, lavanderia), excetuando-se o pessoal Administrativo, salvo se o empregador exigir o uso de uniforme também para a Administração.

CLÁUSULA 39 - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO:

Obrigatoriedade no fornecimento de equipamento de proteção aos empregados para o exercício das respectivas funções, de conformidade com a legislação de higiene, segurança e medicina do trabalho de modo a atenuar-lhes os riscos eventuais, sendo obrigatório seu uso pelo empregado.

CLÁUSULA 40 - FORNECIMENTO DE MATERIAL INDISPENSÁVEL:

Fornecimento de todo material indispensável ao exercício digno da atividade do empregado.

CLÁUSULA 41 - VALE TRANSPORTE:

Concessão de vale transporte na forma da lei, facultando-se ao empregador a antecipação do valor correspondente em pecúnia, até o quinto dia útil de cada mês, competindo ao trabalhador comunicar, por escrito ao empregador, as alterações nas condições declaradas inicialmente para a concessão do vale-transporte. A concessão do vale transporte em pecúnia tem por fundamento o disposto no artigo 7º, XXVI, da Constituição Federal, bem como os dispositivos da Lei nº 7.418/85,

regulamentada pelo Decreto nº 95.247/87 e, ainda, acórdão proferido pela Sessão de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos do Processo TST-AA-366.360/97.4.

CLÁUSULA 42 - FÉRIAS:

Aviso prévio de 30 (trinta) dias para a concessão das férias, não podendo as mesmas terem início dois dias que antecedam aos sábados, domingos, DSR's, feriados e dias já compensados, devendo o respectivo pagamento ser realizado com antecedência de no mínimo 02 (dois) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO: Aos empregados que atuam em jornada de trabalho de 12x36 horas não se aplica o disposto acima, devendo as férias ter início sempre em dias destinados a plantão.

CLÁUSULA 43 - OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO EM CARTEIRA:

Fica terminantemente proibida a prestação de serviço após 48 (quarenta e oito) horas da data do ingresso, sem o devido registro em carteira, na forma da lei.

CLÁUSULA 44 - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA:

Entrega ao empregado de carta com os motivos da dispensa com alegação de falta grave, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

CLÁUSULA 45 - EXAMES MÉDICOS:

Os exames médicos, por ocasião da admissão e dispensa dos empregados, na forma da lei, serão custeados exclusivamente pelas empresas.

CLÁUSULA 46 - QUADRO DE AVISOS:

Afixação de quadros de avisos no local da prestação de serviços.

CLÁUSULA 47 - CORRESPONDÊNCIA:

As empresas distribuirão aos seus empregados, toda correspondência dirigida aos mesmos pelo Sindicato Suscitante e não se oporão a que o Sindicato efetue, nos termos da presente cláusula, a divulgação da faculdade de associação dos empregados à entidade, conforme previsto em lei.

CLÁUSULA 48 - MENSALIDADES SINDICAIS:

Obrigatoriedade de recolhimento das contribuições (mensalidades sindicais) descontadas dos associados, em consonância com os artigos 545 e seu parágrafo único, sob as penas previstas no artigo 553 da CLT.

CLÁUSULA 49 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL:

As Empresas descontarão de seus Empregados a título de Contribuição Negocial o valor equivalente a R\$ 50,00 (cinquenta reais) em 2 (duas) parcelas iguais da seguinte forma:

A primeira parcela no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), será descontada na folha de pagamento do mês de agosto de 2020.

A segunda parcela no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), será descontada na folha de pagamento do mês de setembro de 2020.

Parágrafo 1º - As Empresas deverão realizar o repasse dos respectivos valores até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao desconto, recolhendo em guia própria emitida pelo SUESSOR.

Parágrafo 2º - Os empregados poderão se opor ao desconto dentro de um prazo de 10 (dez) dias, a contar da assinatura do presente instrumento coletivo, que poderá ser pessoalmente ou através de carta registrada dirigida ao Sindicato SUESSOR.

CLÁUSULA 50 - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA:

Os empregados abrangidos pela base territorial representada pelo Sindicato Profissional Conveniente terão atendimento odontológico com exceção de próteses, com total responsabilidade do Sindicato Profissional.

PARÁGRAFO 1º - As empresas abrangidas pela base territorial representada pelo Sindicato Patronal Conveniente fornecerão mensalmente ao Sindicato Profissional a relação dos seus empregados.

PARÁGRAFO 2º - Para a obtenção do benefício constante desta cláusula, as empresas se comprometem a pagar ao Sindicato Profissional Conveniente o valor mensal de R\$ 8,74 (oito reais e setenta e quatro centavos), sendo R\$ 5,74 (cinco reais e setenta e quatro centavos) descontados dos empregados e R\$ 3,00 (três reais) pagos pelas empresas.

PARÁGRAFO 3º - Por ter caráter social, a contribuição de que trata esta cláusula é obrigatória e devida inclusive pelas empresas que fornecem assistência médica aos seus empregados.

PARÁGRAFO 4º - As empresas que já fornecem assistência odontológica aos seus empregados e apresentarem o comprovante de tal benefício ao Sindicato Profissional, ficam isentas do cumprimento da presente cláusula.

PARÁGRAFO 5º - O Sindicato Profissional obriga-se a fazer convênio com profissionais odontologistas ou abrir sub sedes em cada microrregião representada, com o fim da melhor prestação de atendimento do benefício acima.

CLÁUSULA 51 - PROMOÇÕES:

Fica autorizado aos empregadores, descontarem até 30% (trinta por cento) dos salários dos seus empregados, desde que devidamente autorizado pelos mesmos, valor este, a ser repassado pelas empresas ao Sindicato Profissional ora Conveniente, pelos benefícios e promoções que obtiverem por intermédio do mesmo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica previamente autorizado, o desconto em folha de pagamento, de empréstimo obtido em consignação, por funcionários das empresas que se enquadrem nesta convenção coletiva de trabalho, por instituição bancária conveniada com a entidade sindical profissional conveniente.

CLÁUSULA 52 - FERIADO PARA A CATEGORIA:

Será considerado feriado para a categoria o dia 12 de maio, data em que se comemorará o "Dia do Empregado em Estabelecimento de Serviços de Saúde", na base territorial abrangida pelo Suscitante, resguardada a prestação de serviços, conforme escala prévia elaborada pela Administração da empresa, salvaguardando ao empregado que prestar serviço nesse dia o direito de compensação, ou de receber as horas trabalhadas como extras. As empresas que não concederem o feriado no dia 12 de maio de 2019 deverão fazê-lo até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA 53 - GARANTIAS GERAIS:

Ficam asseguradas as condições mais favoráveis decorrentes de acordos coletivos, com relação a quaisquer das cláusulas constantes da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA 54 - MULTAS:

1) Fica estabelecida a multa de 1 (um) salário-dia do empregado por dia de atraso, caso o empregador não satisfaça nos prazos previstos em lei o pagamento dos salários e gratificações natalinas, em favor do empregado.

2) Multa por descumprimento de todas as obrigações de fazer inseridas na presente norma coletiva e que não possuam cominações próprias, equivalente a 5% (cinco por

cento) do piso da categoria, observados os valores estabelecidos na cláusula 4ª, em favor da parte prejudicada.

CLÁUSULA 55 - NORMAS CONSTITUCIONAIS:

A promulgação de legislação ordinária e/ou complementar regulamentadora dos preceitos constitucionais, substituirá, onde aplicável, direitos e deveres previstos na presente Convenção Coletiva de Trabalho, ressalvando-se sempre as condições mais favoráveis aos empregados, vedada, em qualquer hipótese, a acumulação de benefícios.

CLÁUSULA 56 - JUÍZO COMPETENTE:

O cumprimento de quaisquer das cláusulas da presente norma, será exigido perante a Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA 57 - DATA BASE:

A data-base da categoria, para fins de negociação é 1º de maio.

CLÁUSULA 58 - VIGÊNCIA:

A presente Norma Coletiva de Trabalho terá vigência de 1 (um) ano, a partir de 1º de maio de 2019 e término em 30 de abril de 2020, para todas as cláusulas.

E assim, plenamente de acordo, firmam a presente Norma Coletiva de Trabalho, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

São Paulo, 6 de julho de 2020.

Suscitante:



ANTONIO GERVÁSIO RODRIGUES
Presidente CPF/MF nº 294.418.388-53

Suscitado:



FRANCISCO ROBERTO BALESTRIN DE ANDRADE
Presidente
CPF/MF nº 015.988.738-06